

Criando o espaço



Criando o espaço

Temas em comum, aprendizados e caminhos a seguir para as pessoas envolvidas no desenvolvimento das organizações LGBTI

Edição em inglês:	Tom Johnston
Tradução ao espanhol:	Darinka Mangino y Anabel Gómez
Tradução ao português:	Cláudio Tavares
Desenho:	Luiz DeBarros
Charges:	Auke Herrema

Citar como: Criando o espaço: Temas em comum, aprendizados e caminhos a seguir para as pessoas envolvidas no desenvolvimento das organizações LGBTI. Langen, B (ed.), W. Banks, J. Bruinsma, J. Cruz Diez Beltrán, G. Dütting, K. Kraan, W. Muguongo e H.M. Kinyili, Amsterdã/Pretória 2012.



Esta obra é publicada utilizando Creative Commons 3.0.

É permitido compartilhar (copiar, distribuir e transmitir a obra) e editar (adaptar a obra) este documento de acordo com as seguintes condições:

- **Reconhecimento** a autoria do trabalho deve ser atribuída na forma em que foi especificada anteriormente (mas não de tal forma que sugira que os autores compartilham a sua opinião ou uso que você faz da obra).
- **Sem fins de lucro** Não pode utilizar esta obra com o intuito de obter lucros.
- **Todos por igual** se alterar, transformar ou criar com base nesta obra, pode distribuir o resultado somente sob esta mesma autorização ou uma autorização semelhante.

Compreendendo que:

- **Renúncia** pode-se renunciar a qualquer uma das condições descritas acima no caso de obter a autorização do titular dos direitos autorais da obra.
- **Domínio público** Dado o fato de que a obra ou qualquer um dos seus elementos são do domínio público segundo as leis aplicáveis, esta condição não será atingida de forma alguma por esta licença.
- **Outros direitos** Os direitos relacionados a seguir não serão atingidos em forma alguma pela licença: Os direitos do trato justo ou do uso justo ou outras exceções e limitantes aplicáveis aos direitos autorais; os direitos morais de autor; os direitos que outras pessoas possam ter – sejam sobre a obra em si ou sobre como esta é utilizada – tais como a publicidade ou o direito à privacidade.

Agradeceríamos receber uma cópia ou um aviso sobre qualquer reimpressão ou consulta desta obra. Sua opinião e comentários podem nos ajudar a melhorá-la, já que temos a intenção de avaliar a sua utilidade no futuro. Por favor, envie seus comentários para: bramlangen@yahoo.com.



Wanja Muguongo é feminista queer da Quênia com um posicionamento claro em favor dos direitos humanos e da justiça social. Sua paixão e ativismo se focam na luta pela igualdade, a não discriminação e no crescimento das vozes das populações marginadas, particularmente nas comunidades LGBTI e dos trabalhadores sexuais da África. A posição da Wanja como diretora executiva fundadora do primeiro fundo para as minorias sexuais de orientação indígena e administrado por ativistas lhe tornou em um elo chave para o fortalecimento e base para o crescimento dos movimentos LGBTI e de trabalhadores sexuais na região do Leste da África. Para entrar em contato com Wanja, mande um correio eletrônico para: wmuguongo@yahoo.com ou para wanja@uhai-eashri.org.



Happy Mwendé Kinyili's luta para identificar, nomear e enfrentar o mal que permeia nossas realidades. Para isto, trabalha duro para construir um mundo sem a opressão ocasionada pelas distintas formas de maldade e no qual construir uma comunidade alternativa apoiada no amor revolucionário, a esperança contagiosa e a verdade emancipadora.

Dinâmicas das organizações LGBTI

Wanja Muguongo e Happy Mwendé Kinyili

Introdução

Este artigo trata das dinâmicas, os vínculos e os desafios do trabalho em conjunto dentro do movimento LGBTI, e está particularmente desenvolvido em torno de duas perguntas principais:

- Quais são os diferentes tipos de estruturas, formais e informais, que adotam as organizações dentro do movimento LGBTI para realizar o seu trabalho e como é que estas estruturas incidem sobre os esforços para construir um movimento?
- Como é que o poder e os privilégios influem sobre o afazer das diferentes organizações que trabalham no movimento global LGBTI?

A exploração destas perguntas é feita com o escopo de alcançar uma melhor compreensão de como o trabalho coletivo pode nos ajudar a forjar melhores parcerias e colaborações para materializar a mudança social.

LGBT e I

Ao longo deste artigo, de forma repetida e deliberada falaremos sobre LGBTI em vez de LGBT, devido a seu uso comum no movimento em nível mundial. Dentro do nosso contexto específico, já que vivemos e trabalhamos no leste da África, a luta pela mudança social com respeito à orientação sexual e a identidade de gênero coloca a intersexualidade¹⁸ com firmeza dentro do paradigma do nosso trabalho, coisa que acontece com menos frequência no caso de outras lutas fora da África.

Em seu artigo, *Representing African Sexualities* (Representação das sexualidades africanas), Desiree Lewis explora os mitos que rodeiam os corpos e as sexualidades africanas geradas durante o século XIX. Lewis propõe que a construção dos corpos e as sexualidades africanas viu-se afetada por teorias racistas e coloniais e que, como resultado, criaram corpos africanos femininos e masculinos que são vistos como lascivos, excessivos, e carregados de uma extraordinária potência sexual¹⁹. E nas palavras de Busangokwakhe Dlamini, já que o corpo concebido como raça africana se definiu com “muito próximo da natureza, regido por instintos e culturalmente pouco sofisticado, este corpo tinha que ser heterossexual, com a sua energia e manifestação sexuais dedicadas exclusivamente ao seu objetivo “natural”: a reprodução biológica”²⁰.

A construção deste mito ainda foi fortalecida no processo de nacionalização acontecido no período pós-colonial, quando nasceram algumas das nações africanas, e parte do discurso adotado no processo da sua criação favorecia a noção da unidade familiar, sobre o entendimento de que a família era constituída a partir do patriarcado e da heteronormatividade, e que estas famílias eram os alicerces da nação. Portanto, os esforços para controlar os corpos

18. Intersexualidade se refere a um estado no qual a pessoa nasce com uma anatomia sexual reprodutiva que não parece encaixar dentro das definições típicas de feminino nem de masculino, ou no qual a pessoa nasce com genitálias que parecem estar entre o masculino e feminino.

19. Lewis, Desiree (2011) “Representing African Sexualities”, em Tamale, S. (ed.) *African Sexualities: A Reader*, Cape Town, Pambazuka Press, pp. 199–216.

20. Dlamini, Busangokwakhe, citado em *ibid.* p. 207. [Tradução livre do original em inglês].

masculinos e femininos passam por uma lente que preserva, ao mesmo tempo, a unidade familiar e a nação.²¹

Desta forma, nesta construção particular dos corpos e das sexualidades, qualquer manifestação, vivência ou entendimento que se afastasse deste âmbito particular era condenado e desterrado das regras e das normas sociais. É desde aí que provêm a importância, dentro do nosso contexto africano, da inclusão da intersexualidade na luta pela mudança social na orientação sexual e na identidade de gênero, já que os corpos intersexuais são vistos como fora da dualidade homem-mulher, e o seu papel na reprodução biológica e social fica questionado, e em consequência seus corpos são desvalorizados e desterrados pelas regras sociais.

No entanto, inclusive quando a maioria dos ativistas africanos na luta pela mudança social com respeito à orientação sexual e a identidade de gênero tendem a estar de acordo com o acrônimo LGBTI, ainda ficam grandes desafios por atender quanto à genuína inclusão da luta trans e intersexual dentro da luta mais ampla pela mudança social. Audrey Mbugua, ativista trans, sustenta que juntar os temas LGB com os T muitas vezes tem a consequência de que os temas trans sejam ignorados, ou que se percam no caminho. Portanto, para evitar isto, Mbugua propõe: “é o momento propício para perceber que o modelo LGBT falhou, e que as pessoas trans têm que seguir adiante com as suas vidas”²². A afirmação de Mbugua coloca sobre a mesa as tensões que existem dentro do movimento LGBTI com respeito ao poder, a política, o acesso e a necessidade de uma análise integral e deliberada de todas as interações dentro do movimento LGBTI.

Estruturas formais e informais dentro das organizações

Para compreender melhor a estrutura das organizações dentro do movimento LGBTI é muito útil fazer uma análise das estruturas formais e informais com o objeto de entender a sua participação no movimento e, com sorte, começar a gerar ideias sobre como é que estas estruturas podem ser mais eficientes em seu trabalho. A acadêmica feminista Srilatha Batliwala nos oferece um ponto de vista de grande valia sobre as estruturas das organizações. Batliwala expõe que as organizações são:

- Estruturas sociais criadas para alcançar um fim específico.
- Espaços nos quais os movimentos são construídos, recebem apoio, serviços e aonde é determinada a linha da sua direção.
- Espaços que servem de sede para os líderes e ativistas, para receber formação, capacitação, apoio e fontes de motivação para iniciar as transformações que os movimentos requerem²³.

Posteriormente Batliwala procede a fazer uma distinção entre organizações formais e informais. As organizações formais entende-se que são:

21. *Ibid.*, p. 211. [Traducción libre del original en inglés]

22. Mbugua, A. (2011) “Unpackaging the LGBTI Communities”, em Pambazuka News (n. 538), <http://www.pambazuka.org/en/category/features/74658>, consultado em 28 de dezembro de 2011.

23. Batliwala, S. (2010) “Movements & Organizations: Unraveling the relationship.” Palestra apresentada no CREA – AmwA Feminist Leadership & Movement Building Institute, Kampala, abril de 2010.

- Pessoas jurídicas regidas pela lei e por procedimentos financeiros contáveis.
- Fora dos movimentos ou criadas a partir destes e que podem se focar em²⁴:
 - i. Constituir um movimento ou organização que ofereça serviços a seus membros; quer dizer, são criadas por simpatizantes ou por membros do movimento para estruturar-se e administrar-se de uma maneira mais democrática e efetiva, para obter maior visibilidade e voz, para tomar decisões mais coerentes e estratégicas e/ou para coordenar suas ações e poder coletivo.
 - ii. Organizações que atendem a um movimento; quer dizer, aquelas que oferecem serviços aos simpatizantes do movimento.²⁵

Por outro lado, as organizações informais são entendidas como:

- Redes, grupos, coletivos, etc.
- Não estão legalmente constituídas.
- Geralmente tem uma estrutura dentro do movimento.
- Organizações que têm a possibilidade de existir à margem das estruturas formais, tais como federações, sindicatos, etc.²⁶

As organizações, tanto as formais quanto as informais, cumprem com certas funções específicas no movimento LGBTI, entre as que podemos mencionar:

- Prestação de serviços para os membros do movimento, tais como educação, serviços de saúde, etc.
- Apoio estratégico para o movimento como ideias, análise política e das políticas públicas, assessoria estratégica, criação de espaços e convocatórias, etc.
- Apoio ao desenvolvimento institucional por meio da capacitação dos líderes, capacitações desenhadas a partir das necessidades, desenvolvimento organizacional, habilidades para a incidência, etc.
- Atividades de promoção.²⁷

Considerando os diferentes tipos de organizações que participam do movimento LGBTI e suas diferentes funções, é importante lembrar sempre que a participação das organizações não mantém uma estrutura hierárquica. Por exemplo, as organizações que oferecem assessoria legal às pessoas LGBTI não são mais importantes do que aquelas que oferecem apoio psicológico aos seus membros. As organizações de nível nacional que promovem a inclusão das pessoas LGBTI nas políticas públicas de saúde não são mais importantes do que os grupos de base HSH que difundem mensagens sobre sexo seguro, distribuem camisinhas e lubrificantes a seus membros. Cada uma destas organizações oferece o seu apoio ao movimento e é vital para a mudança social que desejamos, e não se pode criar um divórcio entre as diferentes organizações do mesmo movimento.

24. Ibid.

25. Batliwala, S. (2008) *Changing Their World: Concepts and Practices of Women's Movements*. Toronto, Association for Women's Rights in Development.

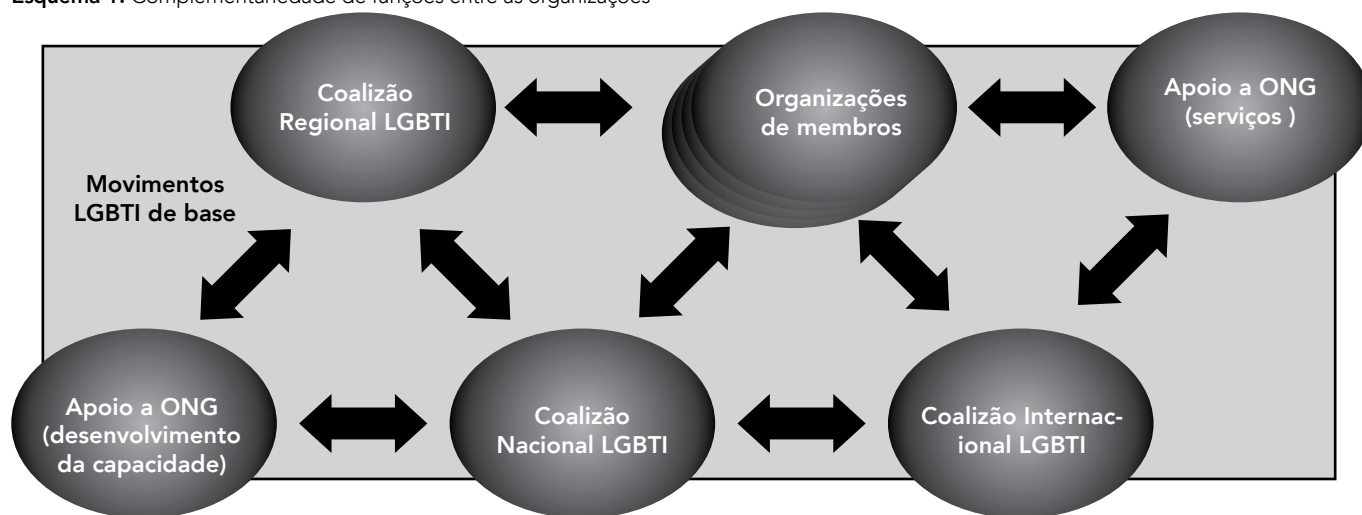
26. Batliwala, S. (2010) "Movements & Organizations: Unraveling the Relationship." Palestra apresentada no CREA – AmwA Feminist Leadership & Movement Building Institute, Kampala, abril de 2010.

27. Ibid.

O esquema apresentado a seguir tem como base o diagrama de Batliwala ²⁸ para compreender as funções complementares dos diferentes tipos de organizações que participam da luta pela mudança social.

Tal e como se apresenta na Imagem 1, os diferentes tipos de organizações que participam do movimento LGBTI contribuem com diferentes habilidades para satisfazer as diversas necessidades dos beneficiários do movimento e portanto têm o mesmo valor e são igualmente necessários na luta pela mudança social sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Esquema 1: Complementariedade de funções entre as organizações



Trabalho conjunto: Tensões dentro das organizações e entre elas

As organizações, tanto as formais quanto as informais, estão formadas por indivíduos que estão imersos a níveis muito profundos em contextos sociais carregados de injustiça e inequidades sociais. É por isto que os sistemas e as estruturas contra as que lutam os movimentos sociais são parte fundamental da matéria que dá pé à criação das nossas organizações.

Os sistemas opressivos contra os quais nos revoltamos, por exemplo, a heteronormatividade, a transfobia, o patriarcado, o racismo, a supremacia branca, a injustiça social, o chauvinismo e o fundamentalismo étnico, bem como as lógicas que os sustentam, muitas vezes são engendrados dentro das organizações que construímos; as nossas organizações são o espelho da realidade social dentro da qual estão sendo geradas.

28. Batliwala, S. (2008) Changing Their World: Concepts and Practices of Women's Movements. Toronto, Association for Women's Rights in Development, p. 21.

Por exemplo, as pessoas que se identificam como mulheres, e suas organizações dentro do movimento, muitas vezes acusam às pessoas que se identificam como homens, e a suas organizações, de adotar atitudes paternalistas. Uma das lutas constantes que podemos ver dentro do movimento LGBTI é a acusação de que os homens gay representam às mulheres LGBTI em seu nome, mas as mulheres não tomam decisões nem afetam a realização do trabalho que fazem as organizações que se identificam como LGBTI. É por isto mesmo que o trabalho conjunto em favor de uma agenda comum está carregado de tensões e competência.

Por exemplo, as diferenças entre organizações formais e informais muitas vezes é uma fonte de tensão dentro do movimento LGBTI. A maneira de amostra, na região do Leste da África várias organizações LGBTI criadas recentemente se veem na necessidade de se registrar legalmente o mais rapidamente que for possível, e de formalizar as suas estruturas de acordo com as leis dos seus países. Esta urgência está apoiada na justificação de que as organizações cadastradas terão maior legitimidade na hora da alocação dos recursos, tais como o acesso aos recursos provenientes de organizações doadoras. A pressa por registrar uma organização informal muitas vezes faz com que o custo das funções e o lugar que tem a organização no movimento não sejam devidamente analisados.

A crença de que as organizações registradas têm maior legitimidade se apoia na teoria errada de que criar uma organização implica uma trajetória na qual a informalidade é simplesmente uma etapa no caminho para a formalidade, em vez de uma ou duas características diferentes e igualmente importantes ao criar uma organização. A percepção da falta de independência nas organizações informais se traduz em que estas sejam olhadas como organizações que ocupam uma posição inferior na hierarquia de valores, quando comparadas com as organizações formais. Além do mais, as organizações formais tendem a ter acesso a outro tipo de recursos, que não estão ao alcance das organizações informais, tais como oportunidades para apresentar palestras, participar e compartilhar das suas ideias. Isto gera tensão entre as organizações formais e as informais.

Porém, uma organização que decide continuar a ser informal verá questionada a sua visão e o seu desejo de fortalecer-se desde dentro. A percepção de uma maior autonomia e independência acumulada na formalização, assim como a de uma melhor prestação de contas interna é considerada como um passo necessário no desenvolvimento de uma organização.

Estas visões colocam às organizações informais em desvantagem, porque poucas organizações informais estarão aí para desempenhar a sua função. A realidade nada invejável do processo pelo que transitam diferentes movimentos sociais para se tornar em ONG teve um impacto profundo ao movimento LGBTI. A busca de recursos e o desejo de ser sustentável têm empurrado a muitos ativistas a criar organizações formais e a ignorar a geração e o sustento das organizações informais e seus espaços, ambos centrais e indispensáveis para a mudança social.

A globalização permanente da luta LGBTI já tem contribuído para importantes vitórias, quando diferentes atores, em seus contextos locais, têm trabalhado unidos e aprenderam dos seus aliados em diferentes contextos locais. A

exploração dos diversos recursos à disposição de muitos ativistas e organizações no mundo inteiro tem muito útil para fortalecer o movimento. Embora a criação de parcerias e vínculos seja de grande valia para que o movimento possa crescer, a complexidade da luta e as nossas realidades sociais apresentam algumas desafios únicos. Um desafio importante colocado pela globalização é o do privilégio geopolítico no diálogo entre o Sul e o Norte globais. As organizações do Sul global muitas vezes acusam às organizações do Norte global de que elas se apropriam da sua agenda, falam em seu nome e, portanto, em essência, silenciam aos ativistas do Sul global. O movimento LGBTI da Uganda é um exemplo importante deste desafio.

Depois de que em 2009 fora apresentado o projeto de lei contra a homossexualidade (usualmente conhecido nos círculos do Norte global como o projeto “Matem os gays”), os ativistas LGBTI e seus aliados do Norte global em várias ocasiões lançaram diversas iniciativas, incluso sem conhecer a realidade que viviam os ativistas da Uganda. Por exemplo, depois de uma intrusão a uma das organizações lésbicas mais importantes de Kampala, no ano de 2011, um ativista LGBTI de uma organização localizada no Ocidente não demorou em publicar a notícia da intrusão no site da organização, e convocou aos leitores a que pedissem ao chefe de polícia da Uganda para que investigasse a intrusão e outras semelhantes que tinham acontecido em outras organizações LGBTI da Uganda. É muito provável que a intenção deste ativista ocidental fosse apoiar aos ativistas e ao mesmo tempo partir para a ação desde o seu contexto local. No entanto, esta ação não levou em consideração a situação particular da Uganda e as repercussões desnecessárias e potencialmente perigosas que poderia ter provocado contra os ativistas de Kampala. Uma estratégia solidária mais útil se apoiou nas recomendações e na orientação dos ativistas locais.

O desafio da vantagem geopolítica no paradigma entre o Norte e o Sul global não se reduz simplesmente às organizações. Em outubro de 2011, o primeiro-ministro britânico, com o apoio dos ativistas do Reino Unido, ameaçou com retirar a ajuda aos países africanos que perseguissem as pessoas LGBTI ²⁹. Imediatamente houve uma resposta social e governamental contra as populações LGBTI em vários países africanos, como Tanzânia, Malawi e Nigéria. ³⁰ Além disto, os comentários do primeiro-ministro intensificaram a reclamação de que a homossexualidade provém do Ocidente. Posteriormente, alguns ativistas africanos em favor da justiça social emitiram um comunicado ³¹ no qual convidavam ao governo britânico a revisar a sua decisão de condicionar a sua ajuda à luta LGBTI na África, já que esta resultava prejudicial para o seu trabalho.

Em tanto que as organizações governamentais que demonstram a sua simpatia com a luta LGBTI e mostram o seu apoio podem ser muito valiosas, a decisão por parte da organização com uma vantagem geopolítica e econômica de tomar decisões unilaterais e não considerar as vozes da comunidade dos membros mais atingidos continua a colocar às organizações em desvantagem e aos ativistas em perigo iminente de retaliações por parte da sua própria sociedade, além de apresentar outros desafios significativos sobre os quais é necessário trabalhar.

29. “Cameron ameaça com retirar a ajuda aos países com políticas antigay”, *bbc.co.uk*. Última atualização em 10 de outubro de 2011. <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-15243409>.

30. “Contragolpe antigay na Tanzania. O Estado reage perante os recortes do Reino Unido contra a homofobia”, *www.mask.org.za*. Última atualização em 9 de novembro de 2011. <http://www.mask.org.za/anti-gay-backlash-in-tanzania-as-state-reacts-to-proposed-uk-aid-cuts-for-homophobia/#more-7715>.

31. Sokari, “Declaração dos ativistas em favor da justiça social sobre a decisão do governo britânico de “retirar a ajuda” aos países africanos que violentam os direitos das pessoas LGBTI na África,” em *Black Looks* (blog), 28 de outubro de 2011. <http://www.blacklooks.org/2011/10/statement-of-african-social-justice-activists-on-the-decision-of-the-british-government-to-%E2%80%99Cut-aid%E2%80%9D-to-african-countries-that-violate-the-rights-of-lgbti-people-in-africa/>.

Dinâmica do financiamento e do apoio Institucional

Um grande número de organizações que trabalham no movimento LGBTI, tanto formais quanto informais, dependem do financiamento de seus aliados externos para poder realizar o seu trabalho. Esta dependência do financiamento dos doadores teve um impacto significativo no movimento LGBTI; mudou o equilíbrio do poder de tal maneira que as organizações doadoras acabam por ter muito poder, se comparadas com outros tipos de organizações LGBTI: o que muitas vezes se traduz em uma preferência pela agenda marcada pelas organizações doadoras em um nível mais amplo dentro do movimento LGBTI. Algumas organizações enfrentam a situação de que a sua agenda e missão devem ser ajustadas ou até geradas a partir do que as organizações doadoras estejam dispostas a financiar.

Um fenômeno interessante que serve para apresentar esta realidade é o crescimento das organizações HSH em Quênia. A mudança da presidência nos Estados Unidos e a mudança concomitante nas políticas públicas de financiamento para as iniciativas HSH se traduziram em um aumento do financiamento para o trabalho dirigido ao HIV/AIDS nas comunidades HSH de Quênia. Em consequência, no último par de anos tem crescido muito o número de organizações HSH em todo o país, a partir do aumento do montante de fundos disponíveis para este tipo de organizações.

Outro desafio que apresentam os recursos dos doadores para as organizações LGBTI é a natureza dos itens que recebem mais financiamento. A própria natureza do processo de supervisão e avaliação ligado ao financiamento dos doadores muitas vezes se traduz em apoio a projetos e a intervenções que são capazes de apresentar seus resultados de uma maneira mais “mensurável” e “palpável”³². Alguns exemplos disto podem ser as diferentes políticas que são apresentadas como abrangentes das realidades LGBTI, as mudanças na legislação, o número de HSH que recebem prevenção e tratamento HIV, etc. Portanto, o apoio necessário para o trabalho de longo prazo e menos “palpável”, e o que é fundamental para a mudança social, incluindo a ampliação dos espaços de socialização para pessoas LGBTI, apoios fundamentais para as organizações LGBTI e desenvolvimento institucional para ativistas e organizações, é muito pouco comum e fugaz. Então, a dinâmica do financiamento incide na direção de muitas organizações LGBTI, que mudam a sua orientação para poder gerar e realizar projetos que são mais fáceis de financiar.

Um bom exemplo sobre como as prioridades no financiamento afetam as atividades da organização pode ser visto no Leste de África. Atualmente, muitos financiadores priorizam o seu apoio às atividades que se concentram na incidência política e na documentação, enquanto que estas talvez não sejam as prioridades para muitas organizações de base, ou as organizações locais podem compreender estes conceitos de uma maneira muito diferente da forma como são compreendidos pelos financiadores. Da mesma forma, vários colaboradores têm a intenção de oferecer apoio institucional, mas é possível que não seja uma prioridade para a organização local ou que não seja entendida da mesma forma.

32. Batliwala, S. (2008) *Changing Their World: Concepts and Practices of Women's Movements*, Toronto, Association for Women's Rights in Development.

O apoio institucional que oferecem amplamente as organizações aliadas também apresenta desafios para as organizações LGBTI. Muitas vezes os ativistas se queixam da natureza do apoio institucional que lhes oferecem as organizações e dizem que o apoio nem sempre responde às necessidades específicas de sua organização e que tende a refletir uma atitude padronizada. Além disso, o apoio institucional oferecido muitas vezes reflete as estruturas organizacionais formais e perpetua, de uma maneira muito marcada, a atual tendência do movimento a se tornar ONGs.

Alguns dos desafios identificados pelas organizações financiadoras e pelas organizações de apoio institucional são:

- Uma urgente necessidade de padronizar os indicadores e a avaliação do desenvolvimento institucional.
- A constante falta de entendimento sobre a definição e o alcance do desenvolvimento institucional como disciplina e enfoque.
- A falta de pertença local.
- A falta de aproveitamento das ferramentas, o que afeta a implementação dos programas de desenvolvimento institucional.³³

Observando os desafios identificados, o apoio institucional deve levar em conta as seguintes propostas, para garantir que haja uma maior eficiência em qualquer iniciativa. O apoio institucional deverá:

- Estar sujeito a uma rigorosa supervisão, avaliação e apresentação de relatórios.
- Ser participativo, apoiar-se nas necessidades das organizações e concentrasse na sustentabilidade.
- Criar ferramentas e enfoques disponíveis e reguláveis.
- Reconhecer-se como fundamental para todas as intervenções de desenvolvimento.³⁴
- Estar disposto a contar com as ferramentas e com o contexto para o desenvolvimento de capacidades que se esteja questionando por sua relevância.

En vista de los retos identificados, el apoyo institucional debe tener en cuenta las siguientes propuestas para asegurarse de que haya una mayor eficiencia en cualquier emprendimiento. El apoyo institucional deberá:

- estar sujeto a una rigurosa supervisión, evaluación y presentación de informes
- ser participativo, basarse en las necesidades de las organizaciones y concentrarse en la sustentabilidad
- crear herramientas y enfoques disponibles y adaptables
- reconocerse como fundamental para todas las intervenciones de desarrollo.
- estar dispuesto a contar con herramientas y el contexto para el desarrollo de capacidades que se esté cuestionando por su relevancia.

33. Ford, S. et al. (2010) "Challenges Encountered in Capacity Building: Review of Literature and Selected Tools," em Management Sciences for Health, n. 10, 28 de dezembro de 2011, <http://www.msh.org/resource-center/publications/challenges-encountered-in-capacity-building.cfm>.

34. Ibid.

Conclusão

As organizações LGBTI são cruciais na luta para materializar a mudança social com respeito à orientação sexual e a identidade de gênero. Dada a complexidade das situações socioculturais e políticas nas que existem estas organizações, é muito importante não esquecer como é que a diversidade presente em nossas organizações impacta o trabalho que realizamos. Os benefícios que representam as organizações formais, em contraste com as informais, continuam a ser um tema de reflexão, elucidação e reorientação para garantir um apoio maior para todos os que integram a luta LGBTI, sem perder os matizes e a diversidade com a que contribuem as organizações informais.

Quando o poder e os privilégios têm rédea solta e se traduzem em opressão, o nosso trabalho se vê abalado, sobram as tensões dentro das organizações, e entre elas, e nos desviamos do objetivo que queremos alcançar. Os diferentes tipos de organizações contribuem com habilidades difíceis de quantificar, e respondem às diferentes necessidades do movimento LGBTI. É por isso que como organizações, ativistas e pessoas do movimento LGBTI, precisamos continuar a análise do impacto do poder e dos privilégios das nossas interações dentro e entre as organizações que nos aproximam à realização da mudança social pela que tanto nos esforçamos.

Creando espacio

Em qualquer reunião de uma organização LGBTI na qual haja cinco pessoas:

- Uma é a sua melhor amiga
- Uma já foi a sua melhor amiga
- Uma é a sua última amante
- Uma é a sua amante em turno
- Uma será sua próxima amante.

É obvio que esta piada é velha e há muitos outros estereótipos como este sobre como funcionam, vivem, lutam, constroem, sofrem, se desenvolvem, crescem, acabam, incidem e celebram o nosso movimento e as nossas organizações. Mas como se desenvolvem as nossas organizações na situação atual? Em que tipo de cenário estamos trabalhando? Quais são os temas comuns e os aprendizados? Como podemos avançar?

Esta publicação, criada a partir da contribuição de profissionais em movimentos LGBTI e em desenvolvimento organizacional contribuem com respostas e pontos de vista que serão úteis e relevantes para qualquer pessoa que participe nas organizações LGBTI.

Criando o espaço está focado em seis áreas da criação de organizações identificadas como chave no desenvolvimento das organizações LGBTI:

- Vamos fazer a diferença: Como desenvolver e financiar as nossas estratégias organizacionais
- A liderança LGBTI
- A identidade LGBTI e o funcionamento dos grupos
- Dinâmicas das organizações LGBTI
- As parcerias e suas dinâmicas: organizações LGBTI que trabalham unidas para alcançar mudanças tangíveis
- Pessoas e organizações LGBTI em ambientes hostis



Para baixar o livro completo (artigos e charges) visite o site <http://creatingspacelgbti.wikispaces.com/portugues>. A presente edição está disponível em inglês, espanhol e português.

Esta Publicação e o processo editorial foram possíveis graças ao PSO, Desenvolvimento Institucional nos Países em Vias de Desenvolvimento e ao Ministério das Relações Exteriores.